

Revisão textual e produção de dissertação de mestrado: uma reflexão sobre o risco de plágio

Textual review and master thesis production: a reflection about the plagiarism risk

Márcia Helena de Melo Pereira¹
Patrícia Souza Lemos²

Resumo: A revisão textual é uma das etapas da produção de textos, realizada pelo profissional revisor. Assim, o objetivo deste artigo é verificar se o revisor de textos se atém à questão do plágio, e, se sim, em quais critérios se pauta. Selecionamos uma dissertação de mestrado em etapa de revisão e recortamos trechos de interações. Teoricamente, discutimos sobre os gêneros discursivos em Bakhtin (2011), sobre revisão textual em Oliveira (2016) e sobre a prática de plágio baseando-nos na Lei nº 9.610, dos direitos autorais. Mediante análise, verificamos que o revisor identifica informações que necessitam ser devidamente referenciadas, a fim de evitar o risco de plágio em trabalhos acadêmicos.

Palavras-chave: Revisão textual. Produção textual. Gênero dissertação de mestrado. Plágio.

Abstract: The textual review is one of the textual production stages, carried out by the professional reviewer. Thus, the objective of this paper is to verify if the textual reviewer is sticking to the plagiarism question and, if so, on what criteria he/she is based. We select a master thesis in a review stage and we cut interactions excerpts. Theoretically, we discuss about the discursive genres on Bakhtin (2011), about textual review on Oliveira (2016) and about the plagiarism practice we based on the Law nº 9.610, of copyrights. Through analysis, we verify that the reviewer identifies information which needs to be properly referenced, in order to avoid the plagiarism risk in academic works.

Keywords: Textual review. Textual production. Master thesis genre. Plagiarism.

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória da Conquista, BA, Brasil. Endereço eletrônico: marciahelenad@yahoo.com.br.

² Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória da Conquista, BA, Brasil. Endereço eletrônico: patricianoslemos@hotmail.com.

Introdução

Todo enunciado, falado ou escrito, possui caráter dialógico, isto é, “representa um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados”, o qual requer uma atitude responsiva, seja ela imediata ou não, e apresenta em seu interior a presença de outras vozes, além da do falante/escrevente (BAKHTIN, 2011, p. 272). Nessa perspectiva, na produção textual acadêmica, escrita especificamente, podemos dizer que o dialogismo pode ser observado de maneira mais explícita, por meio do diálogo que o escrevente-pesquisador estabelece com os autores citados ao longo de seu texto.

Uma vez que os textos com os quais o pesquisador dialoga possuem autores, estes, por sua vez, detêm o direito sobre suas produções garantido por lei. No Brasil, a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, conforme informa o Art. 1º, “regula os direitos autorais, entendendo-se sob esta denominação os direitos de autor e os que lhes são conexos”. Ademais, a NBR 6023, atualizada no ano de 2018, aborda como deve ser organizada a apresentação de documentos citados em uma produção, identificando o(s) “autor(es) [como] Pessoa(s) física(s) responsável(eis) pela criação do conteúdo intelectual ou artístico de um documento” (ABNT, 2018). Vemos, portanto, que a autoria de uma obra possui amparo legal, sendo de extrema importância, na produção de trabalhos acadêmicos, a devida referência quando utilizadas as palavras de outrem.

Assim, as autoras Pithan e Vidal (2013), ao discorrerem a respeito do plágio acadêmico, abordam a temática sob quatro perspectivas: ética, jurídica, institucional e pedagógica. Afirmam, então, que a prática do plágio na academia deva ser discutida de forma interdisciplinar, pois envolve valores culturais-morais, o cumprimento daquilo que está fixado na lei, a política da instituição e a função pedagógica do professor orientador. Pautando-nos nesta última perspectiva, a pedagógica, quanto à função do professor orientador, estendemos essa ação educativa de prevenção ao plágio, também, para o profissional revisor de textos.

Na revisão textual, não basta aplicar regras gramaticais ou fazer correções ortográficas, pois isso não “responde a vários questionamentos detectados pelo revisor relacionados com o querer-dizer do autor, os lapsos de memória, as falhas de escritura, entre outros aspectos que só um profissional com certa experiência pode identificar” (OLIVEIRA, 2016, p. 44). Cabe ao revisor, portanto, lidar com questões de natureza linguístico-discursivas, conhecer o gênero com o qual está trabalhando, enfim, analisar o texto de forma global.

Nesse sentido, o principal objetivo deste artigo é verificar se o revisor se atém à questão do plágio, e, em caso afirmativo, em quais critérios se pauta para identificá-lo no texto.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa descritiva, do ponto de vista do objetivo, uma vez que reunimos dados não manipulados pelo pesquisador, os quais são organizados a fim de descrevermos e interpretarmos fatos que ocorrem em determinada situação (PRODANOV; FREITAS, 2015, p. 52). No tocante aos procedimentos, pode ser classificada como um estudo de caso, pois trabalhamos na análise de dados coletados de apenas um indivíduo, em condições contextuais. Prodanov e Freitas (2015) salientam, com base em Yin (2001), que o estudo de caso se define como a investigação empírica de um fenômeno em seu contexto da vida real, ainda que as fronteiras entre fenômeno e contexto não estejam bem definidas.

Para a realização deste estudo, selecionamos uma dissertação de mestrado em processo de revisão: uma versão revisada pelo profissional e encaminhada ao autor e outra versão do mesmo texto apreciada e ajustada pelo autor, e encaminhada novamente ao revisor, para revisão final. Assim, recortamos trechos de interações entre autor e revisor, no intuito de observar se há preocupação do revisor em relação ao risco do plágio ser cometido pelo autor, conforme consta em nossas análises, apresentadas adiante, além de verificar o procedimento do autor, após alerta.

Inicialmente, discutiremos a respeito do gênero discursivo dissertação de mestrado, com base em Bakhtin, descrevendo-o quanto aos pilares que o sustentam: estrutura composicional, conteúdo temático e estilo de linguagem; e a respeito da atividade profissional da revisão de textos, especialmente de textos acadêmicos. Em seguida, realizaremos algumas considerações sobre o estabelecimento da autoria, sobre o plágio/ Violações dos Direitos Autorais, fundando-nos na Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998 e em produções que tratam do plágio no contexto do ordenamento jurídico brasileiro e do ensino superior. Logo depois, apresentaremos a análise do *corpus* da pesquisa, ou seja, recortes de trechos de uma dissertação de mestrado, com balões interativos, nos quais revisor e escrevente dialogam sobre o ‘risco de plágio’; fazemos, ainda, comparação entre a versão em etapa de revisão e a versão pós-ajustes do autor, a fim de observar as decisões tomadas por este. Finalmente, teceremos as nossas considerações, acreditando que a revisão de textos possa contribuir para a identificação e prevenção do plágio em textos acadêmicos.

Compreendemos que este estudo representa uma contribuição, ao propor reflexões sobre uma questão pertinente ao meio acadêmico aliada aos estudos linguísticos, em uma perspectiva sociodiscursiva.

Desse modo, na seção seguinte, descrevemos o gênero dissertação de mestrado e discutimos a respeito da revisão textual.

Gênero dissertação de mestrado e a revisão de textos acadêmicos

Tecnicamente, a dissertação de mestrado é definida como um “documento que representa o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico retrospectivo, de tema único e bem delimitado [...], com o objetivo de reunir, analisar e interpretar informações” (ABNT, 2011). Além disso, sua produção deve ser orientada por um doutor, a fim de se alcançar o título de mestre. Em termos linguísticos, a dissertação é caracterizada como um gênero discursivo secundário, visto que resulta de “condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado” (BAKHTIN, 2011, p. 263).

De acordo com Bakhtin (2011), os gêneros discursivos, ou tipos relativamente estáveis de enunciados, se assentam sobre três pilares: estrutura composicional, conteúdo temático e estilo de linguagem; no caso da dissertação, verificamos que sua estrutura, primeiro pilar, corresponde à organização do texto, ou seja, apresenta elementos pré-textuais, textuais, que, por sua vez, se dividem em introdução (problematização, hipótese(s), objetivos), desenvolvimento (teorização, metodologia, análises, resultados) e conclusão, além dos elementos pós-textuais (anexos e apêndices). Quanto ao segundo pilar, o conteúdo temático, refere-se não apenas ao tema tratado, mas representa, principalmente, sua orientação discursiva, aquilo que direciona a comunicação (RIBEIRO, 2010), pois sem tema não há pesquisa (SERRANO, 2011). A respeito do terceiro pilar, estilo de linguagem, sua escrita obedece à variedade formal da língua, em tom mais impessoal – o que não significa dizer que não haja aparição da subjetividade de quem escreve. Conforme o autor russo, “os estilos de linguagem [...] não são outra coisa senão estilos de gêneros de determinadas esferas da atividade humana e da comunicação” (BAKHTIN, 2011, p. 266).

É especialmente ao pilar estilo, tanto de linguagem quanto de formatação (ABNT, APA, Vancouver), que a revisão de textos está atrelada. Assim, independentemente de se escrever bem ou mal, a revisão de um texto destinado à apresentação pública torna-se pertinente, pois “todo indivíduo pode cometer equívocos na escrita, como falhas na digitação, deslizes gramaticais, produção de ambiguidades, de obscuridades” (LE MOS; PEREIRA, 2017a, p. 204-205). Em geral, dissertações de mestrado, bem como outros trabalhos da mesma natureza, costumam ser apresentadas a bancas de qualificação e examinadora, depositadas nos bancos de dissertações dos programas de pós-graduação e nos repositórios das bibliotecas etc., além de servirem de fonte para novas pesquisas.

Nessa perspectiva, a revisão textual apresenta-se como uma etapa da produção de um texto (OLIVEIRA, 2016), principalmente aqueles com vistas à apresentação a um público,

sendo o revisor um leitor com objetivos específicos, dentre eles favorecer “a construção e apreensão do sentido por parte dos futuros leitores” (LEMOS; PEREIRA, 2017a, p. 222), ao atentar para a verificação e ajuste de questões linguístico-discursivas e relativas à estrutura do gêneros (ortografia, gramática, textualização, formatação/normalização etc.), visando organizar o texto como um todo.

No âmbito da revisão, podem ser identificados quatro principais tipos. Ruiz (2010), citando Serafini (1989), elenca três tipos de revisão: resolutivo (resolução dos desvios encontrados no texto), indicativo (marcação dos desvios pelo revisor) e classificatório (uso de metalinguagem na indicação dos desvios). Ruiz (2010), então, amplia essas categorias, e propõe o tipo interativo, caracterizado pela inserção de balões no texto, por meio dos quais ocorre o diálogo entre autor e revisor, o qual “subsidiava muito mais a construção da autoria e a aprendizagem da escrita” (RIBEIRO, 2009, p. 6).

Conforme veremos, em nossas análises, o revisor da dissertação aqui analisada recorre ao tipo resolutivo e ao tipo interativo. Vale destacar que a revisão interativa, com o auxílio da “ferramenta do editor de textos Word Novo Comentário”, permite que

[...] os parceiros [estabeleçam] um diálogo a respeito do texto. Essa ferramenta possibilita uma interação eficaz, levando em consideração o fato de que existem fatores que podem impossibilitar uma discussão pessoal (prazos muito curtos, dificuldades para encontros pessoais, distância em relação à localização geográfica etc.) (LEMOS; PEREIRA, 2017a, p. 222).

Outra questão importante atrelada à revisão de textos acadêmicos é o fato de, quase sempre, o revisor atuar em caráter *freelancer*, pois, embora seja um profissional com experiência na revisão, com formação em Letras, Comunicação, Direito e/ou áreas afins (OLIVEIRA, 2016) e que atue ou já tenha atuado em ambientes editoriais, a realização da revisão de gêneros discursivos produzidos na academia não costuma acontecer em editoras, revistas ou jornais, mas, sim, como um serviço particular do próprio profissional, sem a mediação de uma empresa, conforme mencionam Lemos e Pereira (2017a).

Dessa maneira, acreditamos que o revisor que trabalha com textos acadêmicos especificamente conhece as particularidades do gênero, especialmente em relação ao seu caráter explicitamente dialógico, ou seja, no processo de produção da pesquisa – escrita –, há tanto a leitura de referenciais bibliográficos quanto a menção deles, por meio de citações, a fim de contextualizar o objeto de pesquisa, dar autoridade ao discurso do pesquisador, mediante outras vozes, outros enunciados (BAKHTIN, 2011; SERRANO, 2011).

Uma vez que a concepção de linguagem em Bakhtin é dialógica, o dialogismo é seu princípio fundador, sendo o sentido dependente da relação entre os indivíduos e desses com a sociedade (BARROS, 1997). De acordo com Ribeiro (2010), o dialogismo é essencial para a comunicação, pois é por meio dele que há produção e compreensão do sentido. Assim, destacamos que o revisor de textos trabalha não apenas sobre questões linguísticas, no tocante à gramática e ortografia, mas, também, sobre questões de sentido, questões discursivas, questões relativas à comunicação.

Portanto, dentre os aspectos aos quais o profissional se atém, ao realizar seu trabalho, é possível que se encontre a identificação de informações que necessitam ser referenciadas no texto do autor, a fim de não incorrer no desrespeito aos direitos autorais, ou o chamado plágio acadêmico (BRASIL, 1998; PITHAN; VIDAL, 2013). No entanto, não sabemos se todos os revisores se atentam para esse risco nos textos que revisam ou se esta acaba sendo uma preocupação somente delegada ao professor orientador, à banca examinadora e aos comitês editoriais.

Dessa forma, na seção seguinte, apresentamos algumas considerações a respeito da violação aos direitos autorais ou plágio acadêmico.

Plágio acadêmico – algumas considerações

Conforme dissemos na introdução, todos os enunciados por nós proferidos são permeados por vozes, pois, de acordo com Bakhtin (2011, p. 300), “O falante [escrevente] não é um Adão bíblico, só relacionado com objetos virgens ainda não nomeados, aos quais dá nome pela primeira vez”, ou seja, nossos dizeres e escritos mantêm relações com outros dizeres e outros escritos, em uma relação de alteridade. Ademais, ainda segundo o autor,

O falante não é um Adão, e por isso o próprio objeto de seu discurso se torna inevitavelmente palco de encontro com opiniões de interlocutores imediatos (na conversa ou na discussão sobre algum acontecimento do dia a dia) ou com pontos de vista, visões de mundo, correntes, teorias, etc. (no campo da comunicação cultural). Uma visão de mundo, uma corrente, um ponto de vista, uma opinião sempre têm uma expressão verbalizada. Tudo isso é discurso do outro (em forma pessoal ou impessoal), e este não pode deixar de refletir-se no enunciado. O enunciado está voltado não só para o seu objeto mas também para os discursos do outro sobre ele (BAKHTIN, 2011, p. 300).

Desse modo, vemos que nossos dizeres se cruzam com os dos outros e vice-versa. Nessa perspectiva, estando, então, todos os enunciados atravessados por vozes, poderíamos dizer que eles – os enunciados – não pertencem a ninguém? Certamente que não, uma vez que

a ascensão da figura autoral³ e os direitos atrelados a ela mostram o contrário. Conforme Chartier (1999), o estabelecimento da identidade autoral teve início na Idade Média, quando os livros censurados, em razão de serem considerados heréticos, eram queimados. Dessa forma, para que houvesse a punição dos que tais práticas cometiam, era necessário identificá-los como autores desses textos.

Ademais, o *copyright* – direito sobre a obra –, na condição de processo judicial, principalmente o que “se passou na Inglaterra a partir do começo do século XVIII, depois que o Estatuto da Rainha Ana, votado pelo Parlamento em 1709, transformou profundamente as práticas de publicação dos textos”, também é de extrema relevância para a invenção do “autor proprietário de sua obra” (CHARTIER, 2012, p. 42 e 44).

Chartier (2012), ao revisar a divisão cronológica de Foucault, no texto *O que é um autor?*, em que afirma que entre os séculos XVII e XVIII os textos científicos funcionariam em regime de anonimato, ressalta o contrário, isto é,

[...] a validade de uma experiência, a credibilidade de uma proposição, a garantia de uma descoberta, a autenticação de uma narrativa de descoberta ou de experiência reclamam o emprego de um nome próprio, não necessariamente o nome próprio do erudito, do técnico ou do profissional, mas o nome próprio daquele que tem autoridade o bastante para enunciar o que é verdadeiro em uma sociedade cuja hierarquia das ordens e do poder é ao mesmo tempo uma hierarquia das posições sociais e *da credibilidade da palavra* (CHARTIER, 2012, p. 52, destaque nosso).

Estabelecida, então, a autoridade científica, essa instância autoral revestida de um poder social, a cujas palavras podemos dar crédito, cabe salientar que nos dias atuais, na pesquisa científica, como afirma Serrano (2011, p. 120), “Não se pode contextualizar nenhum objeto de estudo, quer dizer, submetê-lo a um redimensionamento teórico e histórico consequente, sem recorrer às contribuições prévias de outros pesquisadores”; portanto, nas produções científicas acadêmicas, assim como nas pesquisas realizadas nas instituições de ensino superior, é comum – e necessária – a utilização de referências, tanto nos textos quanto nas divulgações de conhecimentos ali gerados, a fim de sustentar e dar crédito à pesquisa desenvolvida.

Ainda de acordo com Serrano (2011, p. 120), ao pesquisar, não devemos nos apropriar do que pertence aos outros, porque “Omitir as contribuições que recebemos de fontes externas

³ Não é nosso objetivo tratar a respeito da figura autoral neste artigo, porém, uma discussão sobre autoria e coautoria pode ser verificada no artigo *Produção do gênero sinopse de livro e revisão textual: coautoria ou intervenção no texto de outrem?* (LEMOS; PEREIRA, 2017b), a respeito de pistas que indicam a presença autoral em textos, principalmente com base em Possenti (2001, 2002).

supõe um ato ilegítimo que põe a perder toda a pesquisa, pois nos desacredita completamente e gera um halo de desconfiança que nos aniquila por completo”. Verificamos, dessa forma, que as mesmas palavras dotadas de crédito, se tomadas indevidamente em uma pesquisa, podem retirar sua credibilidade.

Nesse sentido, torna-se imperativo que a utilização de trabalhos alheios em nossas pesquisas seja informada de acordo com regras específicas, ou seja, o “procedimento de identificação padronizada da autoria é conhecido pelo nome de regras de citação” (SERRANO, 2011, p. 121). Essas regras de citação, no tocante ao estilo (ABNT, APA, Vancouver), se referem à padronização de citações em documentos, sendo a citação uma menção de informação retirada de outro documento/fonte (ABNT, 2002). As citações podem ser diretas (exatamente iguais ao texto original) ou indiretas (uma paráfrase do texto original), sendo obrigatória a indicação do nome do autor, ano da obra e número da página nas citações diretas, no corpo do texto. Já na seção referências, é obrigatória a indicação do nome do autor, título da obra, ano de publicação, além de dados que identifiquem se se trata de livro, revista, trabalho acadêmico, e também o meio de divulgação (impresso, eletrônico) etc.

Outro aspecto importante relacionado à autoria de produções intelectuais é o amparo legal. No Brasil, especificamente, a lei que protege os direitos do autor é a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. De acordo com o Capítulo IV, Título III, da referida lei, sobre as limitações dos direitos autorais, em seu Art. 46,

[...] Não constitui ofensa aos direitos autorais:

III - a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra [...] (BRASIL, 1998).

Vemos, então, que está prevista em lei a citação de passagens de documentos já existentes em novos documentos produzidos, porém, desde que sejam indicados o nome do autor e informações adicionais que identifiquem a obra citada. O Capítulo II, no título II, desta lei, que trata da autoria das obras intelectuais, considera autor, conforme o Art. 11, “a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica”, além de considerar titular da obra de um autor o tradutor, o adaptador, o arranizador (BRASIL, 1998). Em relação à coautoria, o documento dispõe que não se considera como tal aquele que apenas auxilia na produção da obra, mas, sim, aquele que participa de sua criação, como consta nos dois parágrafos em que se desdobra o Art. 15.

A respeito das Sanções às Violações dos Direitos Autorais, no Título VII, Capítulo II, a Lei nº 9.610 informa em seu Art. 102 que “O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada, poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível”.

Uma vez que estamos tratando do risco de plágio em produções acadêmicas, nas instituições de ensino superior, vale destacar, primeiro, que, embora o termo plágio não seja utilizado no ordenamento jurídico brasileiro, e sim a temática da violação do direito autoral (PITHAN; VIDAL, 2013), é assim que é conhecido no meio acadêmico. Segundo, a prática do plágio acadêmico pode gerar consequências como a perda de titulação e até a expulsão do aluno, dependendo do ordenamento jurídico adotado pela instituição de ensino, como acontece de forma mais rígida nos Estados Unidos, quando comprovada esta prática, segundo Pithan e Vidal (2013).

Conforme os autores, “O plágio trata-se de uma questão ética, antes do que jurídica”, sendo necessária, antes de tudo, uma ação pedagógica do professor orientador, e não só este, mas todos os professores, no decorrer do curso, ao adotarem a prevenção como objeto de ensino (PITHAN; VIDAL, 2013). Fossey (2017, p. 106) menciona que “o combate ao plágio em ambiente acadêmico vem associado à ideia de promoção da cultura de integridade acadêmica, que [...] estaria a cargo dos professores, uma vez que ela se encontra ameaçada pela [suposta] deterioração ética dos estudantes” – ou de alguns pesquisadores.

Dalla Costa (2016) ressalta, com base em Garschagen citado por Silva (2008), que os principais tipos de plágio são: o integral ou direto, ao copiar exatamente igual as palavras do autor; o parcial, ao construir o trabalho a partir de cópias de trechos dos textos de outros autores; e o conceitual ou indireto, ao utilizar a ideia do autor, parafrazeando-a – em todo os casos, sem citar a fonte. Desse modo, destacamos que, independentemente do tipo de plágio cometido, os estudantes, então pesquisadores, precisam estar atentos a este risco, pois nem sempre o professor orientador será capaz de detectar se há ou não a ocorrência de plágio no texto de seu aluno, uma vez que, de acordo com Kretschmann e Wiedemann Neto (2014), citando Gandelman (2005), nem sempre é fácil identificar o plágio, não apenas no sentido das ideias, mas relativo ao estilo ou modo de exprimir conceitualmente uma obra.

Nesse sentido, além de ser um papel importante do professor orientador prevenir a ocorrência de plágio nos trabalhos de seus alunos, conscientizando-os da importância de referenciar devidamente os autores utilizados na construção de suas pesquisas, há, também, no mercado, *softwares* para detecção de plágio em textos, a fim de contribuir para a identificação dessa prática. Ademais, outros parceiros podem participar desse processo de orientação para

prevenção ao plágio acadêmico, sendo este o caso do revisor de textos, um profissional com experiência no que tange à produção de gêneros discursivos que circulam no meio acadêmico, conhecedor das regras linguísticas e de construção do gênero.

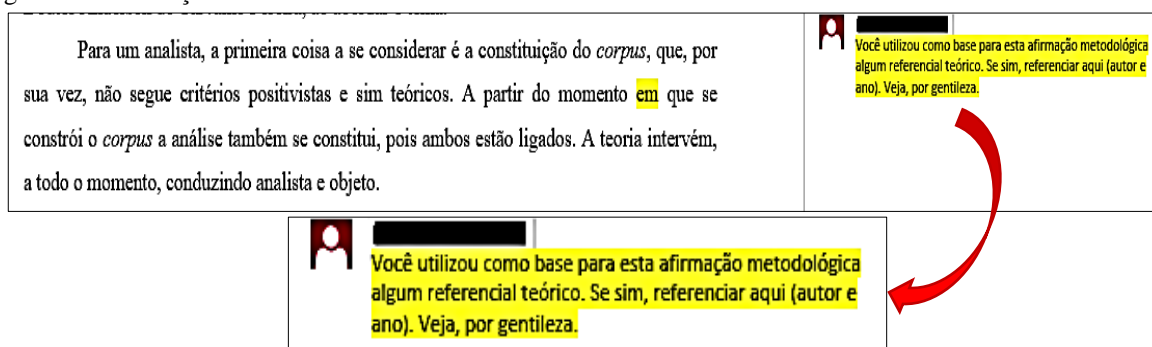
Dessa forma, na seção seguinte, apresentamos nossas análises, tendo em vista verificar se o profissional revisor de texto se atém ao risco de plágio e de que forma lida com a questão.

Alertas do revisor para o risco de plágio – análises

Conforme dissemos na introdução, nosso *corpus* se constitui de recortes de trechos de uma dissertação de mestrado, com concentração na área das Ciências Humanas. Portanto, foram feitos *prints* de trechos que continham balões interativos, por meio dos quais autor e revisor dialogam principalmente a respeito da forma de referenciação de informações apresentadas pelo mestrando. Fizemos, então, o recorte de quatro excertos, os quais são apresentados duplamente: primeiro na versão revisada pelo profissional de textos e enviada ao autor e, em seguida, na versão apreciada e ajustada pelo autor e encaminhada ao revisor para nova revisão e finalização.

Destacamos, inicialmente, que o revisor realizou dois tipos de revisão no texto: a do tipo resolutiva (SERAFINI, 1989 *apud* RIBEIRO, 2009) e a do tipo interativa (RUIZ, 2001 *apud* RIBEIRO, 2009), ao realizar intervenções de natureza linguístico-gramatical de forma definitiva, apenas destacando algumas modificações por meio de realce (em amarelo) e dialogando sobre questões que não poderia modificar por conta própria, respectivamente. Dessa maneira, apresentamos, na Figura 1, a seguir, nossa primeira interação entre autor e revisor, sobre a necessidade de referenciação das informações apresentadas no parágrafo em questão, quando o revisor assim destaca: “Você utilizou como base para esta afirmação algum referencial teórico [?]. Se sim, referenciar aqui (autor e ano). Veja, por gentileza”.

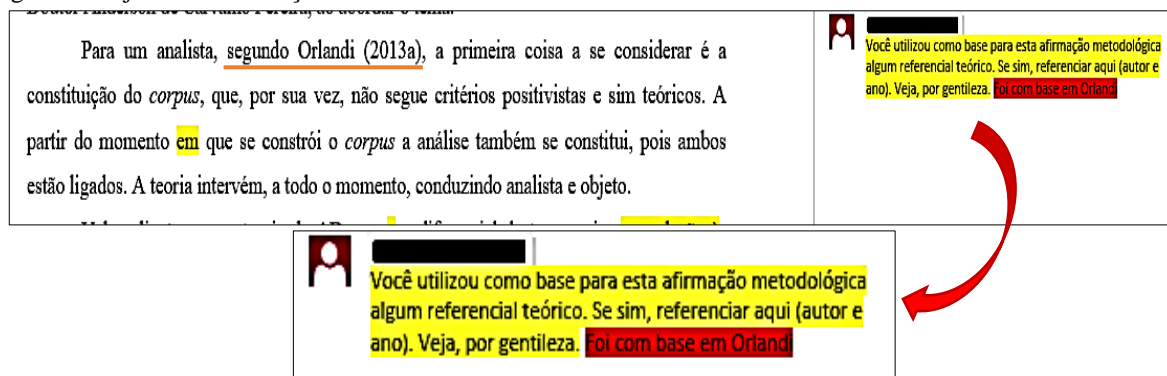
Figura 1 – Solicitação de referência



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Ao verificarmos a versão pós-apreciação do autor, como ilustra a Figura 2, adiante, vemos que no balão interativo o autor responde ao revisor que “Foi com base em Orlandi”, além disso, inclui na primeira linha do trecho, conforme sublinhado, a expressão “segundo Orlandi (2013a)”. Não podemos afirmar que o autor tenha tido a intenção de se apropriar das palavras de outro autor, pois involuntariamente pode ter se esquecido de referenciar, ou em sua produção criativa passou a dialogar livremente com o autor; no entanto, Kretschmann e Wiedemann Neto (2014, p. 75) defendem que “em se tratando de um ambiente onde a ética acadêmico-científica deve imperar, não há espaço para qualquer espécie de plágio, nem mesmo o chamado ‘plágio involuntário’”.

Figura 2 – Ajuste de solicitação de referência



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Neste caso, o revisor identifica a descrição de procedimento metodológico como uma informação que merece (exige) a devida referenciação, pois, na produção de dissertação de mestrado, o candidato não costuma fundar uma metodologia própria, mas aplica uma metodologia já existente na análise de seus dados. Ademais, se levarmos em consideração o caráter dialógico do gênero discursivo, o diálogo mantido com outros autores, citando-os no texto, também com a finalidade de dar credibilidade à pesquisa, podemos dizer que o mestrando em questão rompe essa lógica, ao não referenciar o autor/obra em que se fundamenta.

Assim, na segunda interação, conforme mostra a figura 3, a seguir, o revisor assim questiona o autor: “Estas informações foram pesquisadas com base em alguma referência específica? Se sim, é bom indicar ao final do parágrafo, entre parêntesis, o nome do autor e ano. Veja, por gentileza”, referindo-se às informações relativas a Michel Pêcheux – uma breve biografia do autor.

Figura 3 – Solicitação de indicação de referência

<p>Michel Pêcheux (1938-1983) é um filósofo francês, cuja formação se deu na Escola Normal Superior de Paris (1959-1963), onde recebeu, em 1963, o certificado para ensinar Filosofia. Durante seus estudos, foi fortemente influenciado por Louis Althusser, principalmente no que diz respeito à tese central do referido autor que na sua posição de filósofo, afirmou: a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos.</p>	<p>Estas informações foram pesquisadas com base em alguma referência específica? Se sim, é bom indicar ao final do parágrafo, entre parêntesis, o nome do autor e ano. Veja, por gentileza.</p>
<p>Estas informações foram pesquisadas com base em alguma referência específica? Se sim, é bom indicar ao final do parágrafo, entre parêntesis, o nome do autor e ano. Veja, por gentileza.</p>	

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

O mestrando apresenta, então, informações a respeito de Michel Foucault: “filósofo francês”, formado na “Escola Normal Superior de Paris”, “influenciado por Louis Althusser” e que “afirmou: a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”; além de datas: “(1938-1983)” e “(1959-1963)”, o que, para o revisor, necessita ser referenciado, visto serem detalhes que o escrevente não saberia se não tivesse pesquisado em alguma fonte, já que não se trata de senso comum. A respeito disso, Serrano (2011, p. 120) assevera que “Não se pode contextualizar nenhum objeto de estudo [...] sem recorrer às contribuições prévias de outros pesquisadores [...], o que permite, também, conferir credibilidade à pesquisa”.

Nesta ocorrência, verificamos, na versão retornada pelo autor, conforme a figura 4, adiante, ao revisor, que o mestrando limitou-se a informar que fez sua pesquisa “Através de vários textos lidos”, porém não menciona nenhum deles. Dalla Costa (2016), ao se referir à classificação de Garschagen, citado por Silva (2008), sobre os tipos de plágio: integral, parcial ou conceitual, informa que este último caracteriza-se pela utilização das ideias do autor, mediante paráfrase, porém sem citar o(s) nome(s) do(s) autor(es).

Figura 4 – Ajuste sem indicação de referência

<p>Michel Pêcheux (1938-1983) é um filósofo francês, cuja formação se deu na Escola Normal Superior de Paris (1959-1963), onde recebeu, em 1963, o certificado para ensinar Filosofia. Durante seus estudos, foi fortemente influenciado por Louis Althusser, principalmente no que diz respeito à tese central do referido autor que na sua posição de filósofo, afirmou: a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos.</p>	<p>Estas informações foram pesquisadas com base em alguma referência específica? Se sim, é bom indicar ao final do parágrafo, entre parêntesis, o nome do autor e ano. Veja, por gentileza. Através de vários textos lidos</p>
<p>Estas informações foram pesquisadas com base em alguma referência específica? Se sim, é bom indicar ao final do parágrafo, entre parêntesis, o nome do autor e ano. Veja, por gentileza. Através de vários textos lidos</p>	

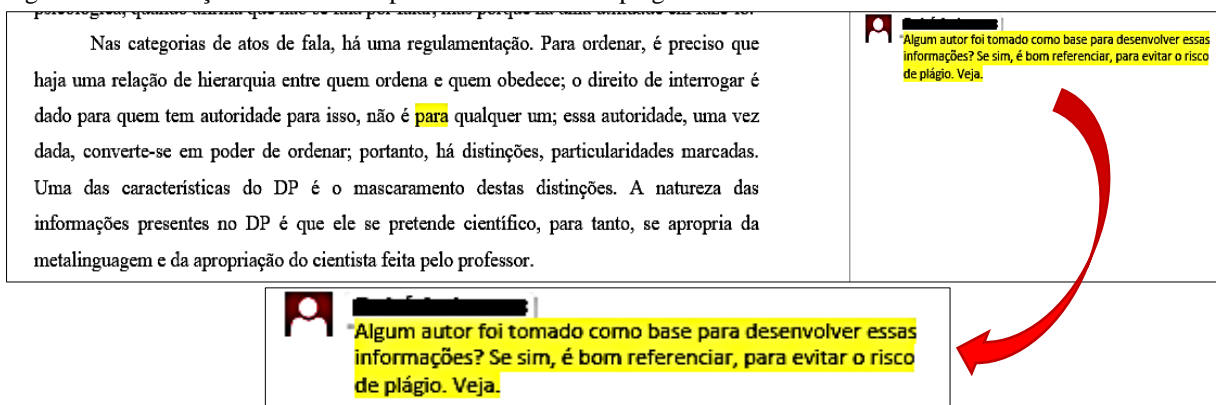
Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Não sabemos qual foi o procedimento realizado após esta etapa da revisão, mas vemos que o revisor alerta o autor sobre a necessidade de indicação de referência, no entanto, não é atendido até então, restando, assim, a possibilidade de que o professor orientador ou banca examinadora também o alertem, caso vejam a mesma necessidade que o revisor observou, porém ignorada pelo autor.

Em conformidade com Kretschmann e Wiedemann Neto (2014), não podemos nos enganar: plágio é plágio, mesmo quando feito sem querer. Porém, há casos em que não existe uma ação para esconder o verdadeiro autor, mas uma espécie de transformação da obra, um trabalho transformador, sem o intuito de aproveitar-se da obra de um autor. “Para todos os efeitos, o seguinte axioma é de aplicação universal: argumentar o que é próprio, dar crédito ao que é alheio” (SERRANO, 2011, p. 120).

No balão interativo seguinte, como ilustra a Figura 5, podemos observar, pela primeira vez, a utilização, pelo revisor, da palavra ‘plágio’, ao perguntar se “Algum autor foi tomado como base para desenvolver essas informações?”, pois, “Se sim, é bom referenciar, para evitar o risco de plágio. Veja.”, ao se referir ao parágrafo em que o autor discorre sobre ‘categorias de atos de fala’, na primeira linha, sendo este trecho parte da discussão teórica que embasa a pesquisa.

Figura 5 – Solicitação de referência para evitar o risco de plágio



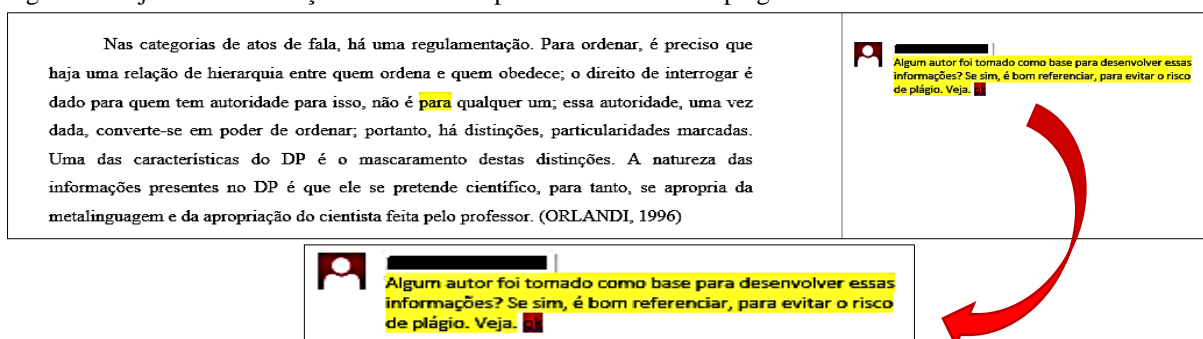
Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Plagiar, de acordo com o dicionário online Aulete Digital, significa “1. Apresentar como seu (obra, criação, ideia etc. de outrem), 2. Imitar ou copiar (obra alheia)”; plágio, por sua vez, implica “3. Jur. Apresentação de imitação ou cópia de obra intelectual ou artística alheia como sendo de própria autoria”. Conforme discutido anteriormente, podem ocorrer casos em que essa “imitação ou cópia” seja realizada de forma involuntária, o que, ainda assim, não deve ocorrer, como alertam Kretschmann e Wiedemann Neto (2014), tornando-se

relevantes ações preventivas contra o plágio, com destaque para a figura do docente e, no caso desta pesquisa, também do profissional revisor, dentre outros (PITHAN; VIDAL, 2013).

Dessa forma, ao averiguar a versão encaminhada ao revisor, após verificação e ajustes do autor, verificamos no balão interativo seu “ok” e no texto a referência “(ORLANDI, 1996)” inseridos pelo autor da dissertação, como mostra a Figura 6, evitando, desse modo, a apropriação indevida dos conceitos de outrem, uma vez que, segundo a Lei nº 9.610, não representa ofensa aos direitos do autor a citação de passagens de suas obras, desde que sejam indicados o nome do autor e a origem das obras (BRASIL, 1998).

Figura 6 – Ajuste de solicitação de referência para evitar o risco de plágio



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Assim, para evitar esse risco, como alerta o revisor, destacamos a necessidade de se referenciar seguindo as regras de citação (SERRANO, 2011; ABNT, 2002), podendo contar, ainda, com a ação pedagógica do professor orientador ou professor de disciplina que verse sobre metodologia científica, com programas de computador que possam identificar o plágio e com o trabalho do revisor de textos, desde que este seja um profissional atento a esse aspecto.

Na quarta e última interação analisada, conforme mostra a Figura 7, que se segue, novamente o revisor indaga o autor a respeito das fontes utilizadas para composição do parágrafo destacado, ou seja, ele assevera: “Uma vez que você está apresentando informações que envolvem datas e fatos, é importante referenciá-las”, visto que o autor se refere a estudos realizados no decorrer do século XX, introdução do termo letramento no Brasil e traduções de textos importantes.

Figura 7 – Solicitação de referência a datas e fatos

Os estudos realizados, ao longo do século XX, a fim de compreender o impacto sociocognitivo e cultural da escrita, têm contribuído de forma bastante significativa para a ampliação das discussões, ao abordar o letramento como prática social. Segue-se que o termo letramento foi introduzido no Brasil, no início da década de 1980, quando começaram a circular nos meios acadêmicos, publicações inglesas e norte-americanas sobre “literacy”. Outro fator importante para a elucidação do tema foram as traduções para o inglês de obras escritas por Luria e Vygotsky.

Uma vez que você está apresentando informações que envolvem datas e fatos, é importante referenciá-las.

Uma vez que você está apresentando informações que envolvem datas e fatos, é importante referenciá-las.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Salientamos, aqui, a importância da comunicação entre autor e revisor, por meio dos balões interativos, pondo em destaque o caráter dialógico do gênero discursivo em questão, no encontro entre as vozes do produtor da dissertação – principal agenciador –, dos autores citados e do revisor de textos, que, por vezes, também agencia essas vozes (BAKHTIN, 2011).

Verificamos, portanto, que o revisor considera a menção a datas e fatos históricos informações dignas de serem referenciadas. Sendo o revisor um profissional com experiência no trabalho com textos, neste caso com gêneros de textos diversos (OLIVEIRA, 2016), em especial aqueles que circulam na academia, como artigos científicos, TCCs, dissertações de mestrado, teses de doutorado etc., ele tem condições de identificar informações que se mostram resultado de pesquisa e não constatação do próprio pesquisador.

Como demonstra a Figura 8, que se segue, mais uma vez, o autor dá o seu “ok”, concordando com o aconselhamento do revisor, no balão, e insere no corpo do texto, final do parágrafo, a devida referência, ou seja, “(TFOUNI; MONTE-SERRAT; MARTHA-TONETO, 2014)”, com realce em vermelho.

Figura 8 – Ajuste de solicitação de referência a datas e fatos

Os estudos realizados, ao longo do século XX, a fim de compreender o impacto sociocognitivo e cultural da escrita, têm contribuído de forma bastante significativa para a ampliação das discussões, ao abordar o letramento como prática social. Segue-se que o termo letramento foi introduzido no Brasil, no início da década de 1980, quando começaram a circular nos meios acadêmicos, publicações inglesas e norte-americanas sobre “literacy”. Outro fator importante para a elucidação do tema foram as traduções para o inglês de obras escritas por Luria e Vygotsky (TFOUNI; MONTE-SERRAT; MARTHA-TONETO, 2014).

Uma vez que você está apresentando informações que envolvem datas e fatos, é importante referenciá-las.

Uma vez que você está apresentando informações que envolvem datas e fatos, é importante referenciá-las.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Em consonância com Pithan e Vidal (2013) e Fossey (2017), reafirmamos que seja de extrema relevância que o professor orientador, cumprindo seu papel pedagógico, empreenda ações de prevenção ao plágio no texto de seu orientando, no intuito de contribuir, também, para a formação ética desse aluno, que, por vezes, pode não estar completamente ciente da gravidade deste ato, devendo compreender que há sérias consequências disso para sua vida profissional e acadêmica. Diante disso, pontuamos, conforme já dissemos, que o revisor, especialmente em caráter *freelancer*, é um profissional com experiência no trabalho com gêneros discursivos que circulam na universidade, tais como a dissertação de mestrado, portanto conhece especificidades discursivas e normativas relativas à padronização de citações/menção de informação retirada de outras fontes (ABNT, 2002).

Nem sempre o professor orientador, sozinho, será capaz de identificar a ocorrência de plágio ou não nos textos de seus alunos, no entanto, poderá contar com o auxílio de *softwares* direcionados para a verificação de textos, no tocante à possibilidade de plágio. Ademais, uma vez que observamos que o revisor de textos se ateve a esse risco no processo de produção de uma dissertação de mestrado, ressaltamos que esta etapa – a revisão do texto – também funciona como uma forma de identificação e prevenção de violação dos direitos autorais na produção de trabalhos acadêmicos, como nos mostraram as análises acima.

Considerações finais

Embora todos os enunciados proferidos pelos indivíduos, na comunicação, possuam caráter dialógico, ou seja, representem um elo com outros enunciados, sendo atravessados por vozes, em um processo de alteridade, conforme os postulados bakhtinianos, não podemos ignorar que alguns enunciados, ainda que constituídos por vozes, possuam autores, os quais detêm os direitos de sua autoria.

No tocante aos gêneros de textos produzidos na academia, verificamos que sua dialogicidade é explícita, uma vez que o autor dialoga com outros autores, mediante citação de suas obras, as quais devem ser devidamente referenciadas, seguindo regras de citação, em especial as normas estabelecidas pela ABNT, APA, Vancouver, etc. para trabalhos acadêmicos. A dissertação de mestrado, texto analisado neste estudo, é constituída, como todo enunciado, por três pilares: conteúdo temático, estrutura composicional e estilo de linguagem, estando estes dois últimos pilares intimamente relacionados à atividade de revisão textual, isto é, uma das etapas da construção de um texto, principalmente aqueles com vistas à publicação e/ou apresentação a um público, pois se referem à formatação e adequação de linguagem.

Nesse ínterim, nosso objetivo, neste artigo, foi verificar se o revisor se atém à questão do plágio na revisão de um texto acadêmico, neste caso a dissertação de mestrado, e, em caso afirmativo, em quais critérios se pauta para identificá-lo no texto. Para tanto, recortamos trechos do texto, nos quais havia balões interativos, em que autor e revisor se comunicavam.

Quanto ao plágio, ressaltamos que esta palavra não se encontra no ordenamento jurídico, mas, sim, a legislação sobre os direitos autorais; no entanto, no domínio acadêmico, chamamos plágio a apropriação indevida das palavras de um autor, seja direta ou indiretamente (paráfrase), sem que sejam informados o nome do autor, ano da obra, tipo de publicação etc. No Brasil, a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, dispõe sobre os direitos do autor. Como vimos, de acordo com Roger Chartier, a figura do autor como proprietário de sua obra foi inventada por volta do século XVIII, na Inglaterra, com o estabelecimento do *copyright* – direito sobre a obra.

Conforme observamos em nossas análises, o revisor, nesse caso, se atém à questão do risco de plágio, no processo de revisão, principalmente ao questionar e solicitar a referenciação de informações, como na primeira interação: “Você utilizou como base para esta afirmação algum referencial teórico [?]. Se sim, referenciar aqui (autor e ano). Veja, por gentileza”; ao questionar e aconselhar o autor, na segunda interação: “Você utilizou como base para esta afirmação algum referencial teórico [?]. Se sim, referenciar aqui (autor e ano). Veja, por gentileza”; ao alertar sobre o risco de plágio, na terceira interação: “Algum autor foi tomado como base para desenvolver essas informações? Se sim, é bom referenciar, para evitar o risco de plágio. Veja.”; e ao reafirmar a importância de algumas informações serem referenciadas, na quarta interação: “Uma vez que você está apresentando informações que envolvem datas e fatos, é importante referenciá-las”.

Em resposta ao revisor, constatamos que o autor referenciou três dos quatro apontamentos, desconsiderando apenas um, construído com base em vários autores, sendo este um trecho que ainda seria analisado pelo professor orientador e pela banca, sobre a necessidade de ser referenciado ou não. Além disso, mencionamos que o revisor tomou como critérios para avaliação dos trechos em questão *procedimento metodológico, dados biográficos, discussão teórica e acontecimentos históricos* como informações que necessitam ser devidamente referenciadas, a fim de evitar o risco de plágio na produção textual acadêmica.

Portanto, embora não saibamos se todos os revisores se atentam para o risco de plágio, ou violação dos direitos autorais, nos textos que revisam, sendo esta uma questão a ser analisada e discutida, acreditamos que o processo de revisão de textos possa representar mais

uma ferramenta – eficaz – na identificação e prevenção do plágio em textos acadêmicos, uma vez que esta acaba sendo uma preocupação somente delegada ao professor orientador, à banca examinadora e aos comitês editoriais.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 10520**: Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro, ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 14724**: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, ABNT, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 6023**: Informação e documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro, ABNT, 2018.

AULETE DIGITAL. Verbete atualizado. **Plagiar**. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/plagiar>. Acesso em: 13 ago. 2019.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. Prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov; introdução e tradução do russo Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BARROS, D. L. P. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, B. **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 27-35.

BRASIL. **Lei nº 9.610**, de 19 de fevereiro de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm . Acesso em: 28 jul. 2019.

CHARTIER, R. **A Aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

CHARTIER, R. **O que é um autor?** Revisão de uma genealogia. Tradução Luzmara curcino; Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra. São Carlos: EdUFSCar, 2012.

DALLA COSTA, R. M. C. Plágio acadêmico: a responsabilidade das associações científicas. **Intercom** – RBCC, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 187-200, set./dez. 2016.

FOSSEY, M. F. Plágio: considerações éticas no contexto de avaliação de escrita. **Intersecções**, ed. 23, ano 10, n. 2, p. 98-109, ago. 2017.

LE MOS, P. S.; PEREIRA, M. H. M. O gênero textual TCC e a revisão de textos acadêmicos: pontos de contato. **Intersecções**, ed. 24, ano 10, n. 3, p. 199-217, nov. 2017a.

LE MOS, P. S.; PEREIRA, M. H. M. Produção do gênero sinopse de livro e revisão textual: coautoria ou intervenção no texto de outrem? **Revista do SELL**, v. 6, n. 3, 2017b.

OLIVEIRA, R. R. F. **Revisão de textos**: da prática à teoria. Natal: EDUFRN, 2016.

PITHAN, L. H.; VIDAL, T. R. A. O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico. **Direito & Justiça**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 77-82, jan./jun. 2013.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Ebook. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2015.

RIBEIRO, A. E. Revisão de textos e “diálogo” com o autor: abordagens profissionais do processo de produção e edição textual. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Educação. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4-7 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2050-1.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

RIBEIRO, P. B. Funcionamento do Gênero discursivo. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 54-67, 2010.

RUIZ, E. D. **Como corrigir redações na escola**: uma proposta textual-interativa. São Paulo: Contexto, 2010.

SERRANO, F. P. **Pesquisar no labirinto**: a tese, um desafio possível. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

KRETSCHMANN, A.; WIEDEMANN NETO, N. Ética na pesquisa científica: plágio involuntário e direito autoral. **Revista da AJURIS**, v. 41, n. 136, dez. 2014.

Sobre as autoras

Márcia Helena de Melo Pereira ([Orcid iD](#))

Doutora e mestra em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); graduada em Letras pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC). É professora do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Patrícia Souza Lemos ([Orcid iD](#))

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); mestra em Linguística pela UESB; graduada em Letras - Língua Portuguesa pela mesma instituição. Bolsista da CAPES. É revisora de textos e normalizadora técnica.

Recebido em fevereiro de 2020.

Aprovado em maio de 2020.